



ANÁLISE DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE CONTAGEM: diretrizes e possibilidades para elaboração de um Plano Municipal de Turismo

Camila Felix Araujo^{1*}

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas proposições de diretrizes para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Sedecon e o Conselho Municipal de Turismo de Contagem - Conturc pensar a criação de um Plano Municipal de Turismo para Contagem. Para alcançar esse objetivo, realizou-se pesquisa-ação qualitativa e descritiva. Primeiramente, realizou-se revisão de literatura sobre planejamento público do turismo e sobre metodologias para elaboração de um Plano Municipal de Turismo; em seguida, analisou-se a política municipal de turismo de Contagem; por fim, sugere-se algumas proposições de diretrizes para a construção do Plano Municipal de Turismo de Contagem. Feitos esses estudos, apresenta-se como resultado uma metodologia com as etapas para elaboração do Plano Municipal de Turismo de Contagem, proposição de algumas diretrizes e resultados esperados.

Palavras-chave: Turismo. Planejamento em turismo. Plano Municipal de

Turismo. **ABSTRACT**

This article aims to present some proposals for guidelines for the Municipal Secretariat for Economic Development – Sedecon and the Contagem Municipal Tourism Council - Conturc to think about creating a Municipal Tourism Plan for Contagem. To achieve this objective, qualitative and descriptive action research was carried out. Firstly, a literature review was carried out on public tourism planning and on methodologies for preparing a Municipal Tourism Plan; then, Contagem's municipal tourism policy was analyzed; Finally, some proposals for guidelines were made for the construction of the Contagem Municipal Tourism Plan. Having carried out these studies, the result is a methodology with the steps for preparing the Contagem Municipal Tourism Plan, proposing some guidelines and expected results.

Keywords: Tourism. Tourism planning. Municipal Tourism Plan.

Submetido em xx/xx/xx. Aprovado em xx/xx/xx.

Pode ser informado o endereço eletrônico, DOI, suportes e outras informações relativas ao acesso do documento.

^{1*} Servidora Pública na Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH da Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA/MG. Governo de Minas Gerais. Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Especialista em Gestão Pública Municipal. E-mail: camila-felix-araujo@hotmail.com.



1 INTRODUÇÃO

O planejamento é uma importante ferramenta para minimizar os efeitos negativos e potencializar os impactos positivos do turismo. Planejar é importante porque permite definir o futuro do turismo de determinada localidade e, assim, evita que o seu desenvolvimento se dê de forma espontânea e desordenada. Para tanto, é necessário fazer um diagnóstico da situação atual, estabelecer objetivos e metas, e propor um plano de ações com o objetivo de alcançar o futuro planejado. (Ottoni; Scalco, 2010; Marujo, Carvalho, 2010; Santana, 2011; Amorim, Borges, Silva, 2021).

Essa importância do planejamento para a política pública de turismo aparece explícita nas legislações nacional e estadual que regem as políticas de turismo. No Brasil, a Lei Geral do Turismo nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, traz algumas diretrizes sobre o planejamento nacional do turismo com forte estímulo ao uso do planejamento, conforme seu artigo 5º:

Art. 5º A Política Nacional de Turismo tem por objetivos:

(...)

VI - Promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e **Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas** de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento da comunidade local. (Brasil, 2008, grifo nosso).

Já no estado de Minas Gerais, a Lei nº 22.765, de 20 de dezembro de 2017, que institui a Política Estadual de Turismo, também reforça a importância do planejamento na política de turismo, conforme seu artigo 5º:

Art. 5º - São objetivos da política estadual de turismo:

(...)

VI - Promover, descentralizar e regionalizar o turismo, de maneira a **estimular os municípios a planejar, ordenar e monitorar, individualmente ou em parceria com outros, atividades turísticas** de forma sustentável e segura, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades beneficiadas pela atividade econômica;

(Minas Gerais, 2017, grifo nosso).

Ressalta-se, então, que as Políticas Nacional e Estadual de Turismo têm orientado as ações dos governos municipais em prol do planejamento de suas atividades turísticas. Além do planejamento do turismo municipal, é importante também a construção do Plano Municipal de Turismo. Um plano é o resultado de um processo de planejamento, ou seja, é um documento que contempla todas as ações necessárias para atingir os objetivos e metas estabelecidos ao longo do planejamento. Assim, o plano de desenvolvimento turístico contém as orientações e ações propostas no planejamento do turismo. (Ottoni; Scalco, 2010; Müller, Silva, 2011; Novo, 2010; Santos, 2010).

No âmbito do município de Contagem, tal movimento sobre a importância do planejamento e da construção de um Plano Municipal de Turismo se materializa na Lei nº 4825, de 30 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Municipal de Turismo e estabelece em seu artigo 6º:

O **Plano Municipal de Turismo** será elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e pelo Conselho Municipal de Turismo de Contagem - Conturc, **com o objetivo de ordenar as ações do setor público**, orientando o esforço do Município e a utilização dos recursos públicos **para o desenvolvimento do**



turismo, ouvidos os segmentos públicos e privados interessados (...). (Contagem, 2016, grifo nosso).

Apesar da referida legislação, o município de Contagem não apresenta um Plano Municipal de Turismo. A criação desse plano seria muito benéfica para a cidade visto que Contagem destaca-se como um município com capacidade, potencial e perfil para gerar oportunidades no turismo cultural. Dentre as possibilidades de turismo cultural, antigas casas e imóveis, que remontam a história de Contagem desde a época do arraial de São Gonçalo, se transformaram em patrimônio cultural e grandes atrações turísticas. Os imóveis hoje abrigam centros culturais e espaços de espetáculos sempre abertos à população contagense.

Dessa forma, apesar de Contagem apresentar oportunidades de desenvolvimento do turismo, atualmente, seus atrativos turísticos não são devidamente conhecidos e explorados, uma vez que não existe, ainda, um Plano Municipal de Turismo formalizado com a proposta de ações que desenvolvam de forma estratégica e planejada esse potencial turístico da Cidade.

Além disso, Contagem não pertence a uma Instância de Governança Regional – IGR e, conseqüentemente, não compõe o Mapa do Turismo do Ministério do Turismo (MTur). Tal cenário é ruim para o município visto que a associação de Contagem a uma IGR representa uma estratégia importante de incentivo à política municipal de turismo, integrando o município às políticas estadual e federal de turismo.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo geral propor algumas diretrizes para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Sedecon e o Conselho Municipal de Turismo de Contagem - Conturc pensar a criação de um Plano Municipal de Turismo para Contagem. Como objetivos específicos, pretendeu-se: realizar revisão de literatura sobre planejamento público do turismo e sobre metodologias para elaboração de um Plano Municipal de Turismo; analisar a política municipal de turismo de Contagem; propor, com base na literatura estudada e na análise da política municipal de turismo de Contagem, algumas diretrizes para construção do Plano Municipal de Turismo de Contagem.

Esta pesquisa está dividida em 5 seções, incluindo esta introdução. A seção 2 descreve a metodologia deste artigo. A seção 3 apresenta a análise bibliográfica sobre o tema deste estudo. A seção 4 apresenta os resultados deste artigo. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais desta pesquisa.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa-ação visto que tem como objetivo melhorar uma ação prática, qual seja pensar a criação de um Plano Municipal de Turismo para Contagem. Tripp (2005) considera a pesquisa-ação um tipo de investigação-ação, termo genérico utilizado para definir qualquer processo que siga um ciclo, na qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela: “Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação” (Tripp, 2005, p. 446).



do problema; quanto aos seus objetivos; e quanto aos procedimentos técnicos utilizados. No que tange à abordagem do problema, esta pesquisa se classifica como qualitativa, pois não houve a utilização de métodos estatísticos. Quanto aos objetivos, esta pesquisa se classifica como descritiva na medida em que buscará descrever as características do fenômeno a ser estudado (Gil, 2008), qual seja o processo de criação de um Plano Municipal de Turismo no município de Contagem. Quanto aos procedimentos técnicos esta pesquisa se classifica como bibliográfica. A pesquisa bibliográfica segundo Marconi e Lakatos (2014) apresenta um levantamento da bibliografia publicada, com a finalidade de colocar o pesquisador em contato com o que já foi dito sobre determinado assunto.

Nesse contexto, iniciou-se o estudo com uma consulta à literatura disponível, sobre a qual foi feita uma revisão bibliográfica voltada para a seleção de materiais sobre os conceitos de planejamento no setor público e planejamento público do turismo. Somando-se a estes, fez-se a revisão de literaturas referentes às metodologias e etapas para elaboração de um Plano Municipal de Turismo. Foram utilizadas diversas fontes de dados nessa revisão de literatura, tais como livros, publicações, periódicos, anais de eventos e outros documentos consultados via internet, além de dissertações e teses, com a intenção de aprofundar o conhecimento referente ao assunto pesquisado.

Na sequência, analisou-se a política municipal de turismo de Contagem de forma a compreender sua estrutura institucional, legislações, histórico sobre tentativas de criação de um plano municipal de turismo, atrativos turísticos existentes, e desafios e avanços do setor de turismo do município. Foram realizadas pesquisas no site da prefeitura de Contagem sobre notícias relativas à política de turismo do município, estrutura pública do turismo municipal, documento tais como projetos, planos e relatórios de gestão, entre outros. Consultou-se também o site da Câmara Municipal de Contagem sobre as legislações de referência da política municipal de Contagem, bem como sobre a tramitação de algum projeto de lei sobre plano municipal de Contagem. Consultou-se ainda atas de reuniões do Conselho Municipal de Turismo de Contagem – Conturc de forma a buscar históricos de tratativas sobre a criação do plano municipal de turismo e tratativas sobre projetos e programas da política municipal. Consultou-se informações no Observatório Socioeconômico de Contagem, uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Contagem que sistematiza a produção e divulgação de informações de caráter social e econômico aos gestores públicos e a sociedade em geral, provendo os elementos necessários para que estes possam ter uma visão da realidade do município.

Além dessas pesquisas, visando compreender a política municipal de turismo de Contagem consultou-se ainda dados do município no site IBGE Cidades, no Mapa do Turismo Brasileiro e no Data Viva, uma plataforma do Cedeplar da UFMG. Por fim, consultou-se dados e informações sobre Contagem no Observatório do Turismo de Minas Gerais (OTMG) e Portal de Turismo do Estado, duas ferramentas da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult) de Minas Gerais. O Observatório do Turismo de Minas Gerais (OTMG) é uma instância de pesquisa regulamentada pela Lei nº 22.765, de 20/12/2017 e pelo Decreto nº 47.526, de 06/11/2018, que tem como objetivo o monitoramento em rede da atividade turística no estado, o incentivo à inovação, à inteligência de mercado e o fomento à pesquisa acadêmica em turismo. Já o Portal de Turismo do Estado é um site que disponibiliza informações atualizadas sobre o turismo nos municípios mineiros.



Por fim, para cada etapa envolvida na construção de um Plano Municipal de Turismo identificadas na revisão de literatura realizada (quais sejam, o diagnóstico; o prognóstico; estabelecimento de objetivos e as metas; a definição dos meios de se atingir os objetivos; a implantação das ações; e a avaliação continuada), e com base na análise do cenário e realidade da política municipal de turismo de Contagem, realizou-se algumas proposições de diretrizes

para construção do Plano Municipal de Turismo de Contagem.

3 ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA SOBRE O TEMA

3.1 Conceito e importância do planejamento turístico

Planejar constitui um processo que pretende modificar o contexto atual, ou seja, busca se estabelecer um cenário futuro almejado. O planejamento é importante porque permite definir o futuro da atividade turística de determinada localidade e, assim, evita que o seu desenvolvimento se dê de forma espontânea e desordenada. (Marujo, Carvalho, 2010; Santana, 2011; Amorim, Borges, Silva, 2021).

No turismo, o planejamento é uma importante ferramenta para minimizar os efeitos negativos e potencializar os impactos positivos da atividade turística. (Ottoni; Scalco, 2010; Marujo, Carvalho, 2010; Santana, 2011; Amorim, Borges, Silva, 2021). Assim, para Ottoni e Scalco (2010), o planejamento turístico pode ser entendido como o processo de: analisar a situação atual do turismo em determinada localidade; estabelecer objetivos e metas rumo a um cenário futuro desejado; e propor um plano de ações para que tais objetivos e metas sejam alcançados.

De acordo com Ruschmann (2010), o planejamento do turismo pode ser feito visando atingir os seguintes objetivos: definir a implantação de equipamentos e atividades turísticas; coordenar e controlar o desenvolvimento espontâneo do turismo; maximizar os benefícios socioeconômicos e garantir que a comunidade se beneficie do desenvolvimento proporcionado pelo turismo; garantir a conservação dos atrativos naturais, culturais e históricos; melhorar a prestação de serviços públicos e privados para a atividade turística; criar normas para regulamentar o turismo; criar novos fluxos turísticos para o local; atrair investimentos e financiamentos para o turismo, entre outros.

O planejamento é um instrumento utilizado na tentativa de minimizar os efeitos negativos que o turismo gerar para a localidade. Além disso, por meio do planejamento é possível executar a atividade turística sem degradar o meio ambiente, promovendo maior justiça social e, ao mesmo tempo, movimentando a economia local. De acordo com Hall (2004, p.29):

O planejamento pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, desta forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo de longo prazo.

De acordo com Dias (2008), o turismo transforma o território e tem como principal impulsionador de fluxos turísticos os atrativos locais. Acontece que esses atrativos, de forma geral, são frágeis e faz-se necessário planejamento turístico para garantir a sua sustentabilidade. Dessa forma, a ausência de um planejamento adequado na utilização dos atrativos locais, bem como na transformação do território pelo turismo, pode causar vários danos, tais como: esgotamento desses atrativos locais; degradação ambiental; destruição da cultura local; problemas sociais, dentre outros.



Importante destacar que o planejamento do turismo no Brasil tem como um de seus focos a descentralização dos esforços e a estruturação dos destinos por meio da regionalização do turismo, estratégia consubstanciada no Plano Nacional de Turismo (PNT) e no Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Esse modelo de gestão descentralizada do turismo proporciona que cada região, estado e município busque suas próprias alternativas de desenvolvimento, de acordo com suas realidades e especificidades. Ademais, busca-se também promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada

localidade, bem como construir um ambiente democrático, integrado e participativo entre todos os agentes sociais que promovem a atividade turística nas regiões - poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade. Assim, sob essas diretrizes nacionais do turismo de descentralização, participação e regionalização, os municípios turísticos se organizam e estruturam políticas próprias, bem como elaboram seus Planos Municipais de Turismo. (Brasil, 2007; Paula, 2013; Candiotto, Bonetti, 2015; Costa, Carvalho, 2012).

3.2 Estrutura de um Plano Municipal de Turismo

O Plano Municipal de Turismo é um documento contendo as orientações e ações do planejamento do turismo. Trata-se do documento resultante do processo de planejamento turístico visto no tópico anterior, o qual deve conter: a situação atual do turismo na localidade; a estratégia de desenvolvimento para o turismo com definição de metas e objetivos; as ações a serem executadas; e as etapas de implantação do plano. (Ottoni; Scalco, 2010; Müller, Silva, 2011; Novo, 2010; Santos, 2010).

Ademais, construir um Plano Municipal de Turismo significa dar concretude às diretrizes e recomendações da Política Municipal de Turismo. Segundo Sardinha (2021), um plano operacionaliza as ideias e as diretrizes de uma política.

Na elaboração do plano, Ottoni e Scalco (2010) destacam a importância de uma equipe multidisciplinar, com a participação de profissionais das áreas de turismo, economia, sociologia, antropologia, biologia, geografia, história etc. Assim, cada profissional pode fazer o diagnóstico de sua área específica e propor possíveis soluções para problemas evidenciados.

Ressalta-se também a necessidade de participação dos atores envolvidos com as atividades turísticas em todas as etapas do planejamento, com a criação de mecanismos de consulta a todos os envolvidos. Estes atores incluem representantes do poder público, da iniciativa privada e da comunidade. (Müller, Silva, 2011; Novo, 2010; Santos, 2010; Amorim, Borges, Silva, 2021).

Por fim, é preciso destacar que um Plano Municipal de Turismo pode ser construído de diferentes formas e apresentar diferentes estruturas. Dessa forma, a estrutura do Plano Municipal de Turismo apresentado neste estudo é apenas uma proposta, dentre muitas outras possíveis, para se elaborar um plano. Essa proposta foi baseada em autores como Petrocchi (2001), Hall (2004), Dias (2008), Barreto (2009), Ruschmann (2010), Ottoni e Scalco (2010), Novo (2010), Santos (2010), Müller e Silva (2011) e Amorim, Borges e Silva (2021). De modo geral, com base nesses autores, os elementos fundamentais na elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico são: o diagnóstico; o prognóstico; estabelecimento de objetivos e



as metas; a definição dos meios de se atingir os objetivos (estratégias e propostas); a implantação das ações; e a avaliação continuada.

Para iniciar qualquer processo de planejamento, é essencial compreender a situação presente da área em que se deseja atuar. Trata-se do primeiro elemento necessário na elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico, o diagnóstico. Nesta etapa, avalia-se o estado atual do objeto que se almeja transformar. Dessa forma, essa etapa é crucial, pois com base na compreensão do panorama atual do turismo na região, é possível visualizar uma direção futura. Com isso em mente, estabelece-se estratégias para alterar esse cenário e atingir os objetivos e metas pretendidos. Assim, é vital diagnosticar o potencial do município em áreas como: atrações turísticas; instalações e serviços para turistas; estrutura geral; demanda real e potencial; além de identificar os pontos fracos e fortes, oportunidades e riscos relacionadas ao desenvolvimento turístico no local. (Ruschmann, 2010; Petrocchi, 2001; Dias, 2008; Ottoni, Scalco, 2010; Müller, Silva, 2011; Novo, 2010; Santos, 2010; Amorim, Borges, Silva, 2021).

Segundo Ottoni e Scalco (2010), essa fase abrange a coleta metódica de informações e o exame dos dados adquiridos, contrastando o estado presente com a visão de futuro desejada. A análise engloba vários elementos da situação atual, como: a caracterização geral da cidade; a descrição e classificação da oferta; a descrição e classificação da demanda; e uma avaliação abrangente da posição atual do município em relação ao desenvolvimento do turismo.

Ao analisar o cenário de criação do Plano, Sardinha (2021) destaca que é importante também estudar as políticas públicas existentes no município (tais como cultura, desenvolvimento econômico, planejamento urbano, obras e infraestrutura, transportes, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, educação, saúde, segurança, entre outras) de forma a verificar o que essas políticas já realizam em termos de ações de Turismo em sua normatização, legislações e/ou práticas cotidianas. É importante verificar o que já existe em termos de turismo dentro das políticas municipais para evitar a necessidade de criar um plano do zero, um plano totalmente novo. Ao contrário, parte-se do que já existe em termos de turismo e propõe-se o reforço do que já é exigido no próprio texto normativo dessas políticas e/ou do que precisa ser ampliado, melhorado e/ou ressignificado.

Após realizar o diagnóstico, torna-se viável determinar a direção para o crescimento turístico. Esse direcionamento é conhecido como prognóstico, ou seja, pensar nos possíveis cenários futuros do turismo em determinada região. (Ottoni, Scalco, 2010; Müller, Silva, 2011; Novo, 2010; Santos, 2010; Amorim, Borges, Silva, 2021).

O primeiro cenário futuro (prognóstico) a considerar é aquele que reflete as condições existentes atualmente, ou seja, se não houver intervenção para alterar o panorama, mantendo-se o desenvolvimento turístico espontâneo no local. Outro prognóstico possível aborda o futuro turístico de um lugar caso exista uma estratégia de planejamento efetiva para a atividade. (Ruschmann, 2010; Petrocchi, 2001).

Dessa forma, Müller e Silva (2011) destacam que o prognóstico está intrinsecamente ligado à perspectiva turística futura da região. Em geral, ao elaborar um planejamento, é comum delinear diversos cenários futuros: a trajetória se o turismo evoluir de maneira desorganizada, sem diretrizes planejadas (cenário pessimista); a trajetória se parte das diretrizes do plano for concretizada (cenário realista); e a trajetória se todas as diretrizes forem efetivadas (cenário otimista).

Nessa fase de planejamento, é essencial: reconhecer as opções viáveis; elaborar suposições e sugestões sobre diferentes abordagens para promover o turismo; e determinar o



modelo ou cenário mais apropriado, alinhado aos objetivos estipulados. (Ruschmann, 2010; Petrocchi, 2001; Ottoni, Scalco, 2010; Müller, Silva, 2011; Novo, 2010; Santos, 2010).

Feito o prognóstico, prossegue-se para fase de estabelecimento de objetivos e metas. Nesta etapa, é fundamental definir de maneira clara os objetivos que nos conduzirão ao cenário futuro almejado. Quando se trata de planejamento da atividade turística alguns objetivos podem ser citados, como por exemplo: melhorar a qualidade de vida da comunidade; gerar emprego e renda; organizar e incrementar a oferta turística; atrair fluxos turísticos; melhorar os serviços turísticos; entre outros. (Müller, Silva, 2011).

Quando se atribui quantificação aos objetivos ou se define um período específico para sua realização, eles se convertem em metas. (Müller, Silva, 2011). Por exemplo, para o objetivo citado anteriormente de gerar emprego e renda, uma meta poderia ser gerar 5.000 postos de trabalho no prazo de 1 ano. Dessa forma, os objetivos de um plano são delineados e quantificados através das metas, as quais definem os prazos para sua concretização.

Após definir os objetivos e metas, torna-se crucial elaborar estratégias que determinem os meios para alcançá-los. Para atingir um objetivo específico, há múltiplos

caminhos possíveis. A seleção da abordagem mais apropriada refere-se à definição das estratégias. Destaca-se que a seleção entre as estratégias possíveis deve ser baseada na análise dos benefícios e potenciais desvantagens de cada opção disponível. (Müller, Silva, 2011; Novo, 2010; Santos, 2010; Amorim, Borges, Silva, 2021).

É importante também se pensar as condições concretas em que o Plano Municipal de Turismo será colocado para funcionar na prática. Isto porque, o plano pode ser bem desenhado e ser operacionalizável, contudo, se não há a compreensão do espaço institucional, bem como da gestão da política de turismo sobre a pertinência desse plano proposto, de nada adianta esse plano ser operacionalizável visto que ele não é interpretado como um plano útil para o contexto da política de turismo. (Sardinha, 2021). Assim, no que tange às condições concretas e institucionais existentes para se colocar o plano em prática, é importante definir:

- Qual é o espaço existente para implementar esse plano?
- Qual instituição pública vai ser a âncora para trazer condições institucionais para pensar esse plano e fazer acontecer?
- Quais são as coalizões e o cenário institucional e político existente de forma a fazer com que esse plano tenha mais atores envolvidos, mais parcerias?

Analisar e compreender esse cenário institucional e político é importante visto que essas condições concretas para implementação do plano auxiliam a definir por onde se deve começar. Por exemplo, o município que já possui um Conselho Municipal de Turismo, já tem ali um espaço estratégico visto que reúne um conjunto de atores de várias políticas públicas e também membros da sociedade civil e de movimentos sociais. Outro exemplo, município que têm uma Secretaria ou Diretoria de Turismo. Quando o município tem na sua estrutura e atuação a institucionalidade de uma Política de Turismo, com um gestor definido e com uma secretaria/diretoria definida, novamente ressalta-se a existência de um espaço estratégico para se pensar a elaboração do plano. (Sardinha, 2021).

Dessa forma, para Sardinha (2021), a depender das condições concretas e institucionais existentes no município, diferentes serão as estratégias para elaboração e implementação do Plano Municipal de Turismo. Um município, por exemplo, que não tem um Conselho Municipal de Turismo e/ou uma secretaria/coordenadoria de turismo, esse município



vai ter que contar com outras estratégias institucionais para poder colocar em prática a execução de um Plano Municipal de Turismo.

Em resumo, analisar o cenário político e institucional em que o plano será implementado é importante para identificar quais os espaços estratégicos existentes, quais espaços podem ser fomentadores de agenda e qual é o melhor local para dar início ao processo de construção do plano. É importante analisar as relações institucionais existentes, seja entre governos, entre secretarias, com movimentos sociais, entre outros. (Sardinha, 2021). Além disso, é importante conhecer a organização política dos movimentos sociais, as demandas que esses movimentos têm e como já estão organizados ou não para fazer essa demanda de turismo se tornar um plano municipal.

Por fim, Sardinha (2021) cita também que outro mecanismo que pode auxiliar na elaboração de estratégias é consultar processos de elaboração de Planos Municipais de Turismo realizados em outros municípios de Minas Gerais e do Brasil. Isto pode ser útil no sentido de evitar problemas e erros que foram enfrentados por esses municípios, bem como buscar boas práticas adotadas por esses municípios em seus processos de elaboração de um Plano Municipal de Turismo.

Após avaliar as estratégias, é o momento de estabelecer as propostas: descartar as opções impraticáveis e optar pelas que mais se alinham aos objetivos estabelecidos. Estas propostas serão incorporadas ao plano de ação a ser concebido e, em seguida, colocadas em prática. (Ruschmann, 2010; Petrocchi, 2001; Hall, 2004; Müller, Silva, 2011; Novo, 2010;

Santos, 2010; Amorim, Borges, Silva, 2021).

Normalmente, os planos de ação para o setor turístico englobam propostas de medidas a serem executadas em diversas áreas que influenciam o Sistema Turístico. Dessa forma, os planos são segmentados em programas específicos, contendo ações relacionadas a temas correlatos. Cada programa deve englobar uma série de medidas a serem concretizadas, as quais serão minuciosamente elaboradas e detalhadas por intermédio de projetos específicos. (Ruschmann, 2010; Petrocchi, 2001; Hall, 2004; Müller, Silva, 2011; Novo, 2010; Santos, 2010; Amorim, Borges, Silva, 2021).

Assim, o estabelecimento de propostas é muito importante visto que trata das questões que um Plano Municipal de Turismo precisa priorizar e garantir como conteúdo. O conteúdo do plano vem desse exercício de pensar por que e para que um plano de turismo e como operacionalizar a execução desse plano. Assim, Sardinha (2021) afirma que os conteúdos são as ações e as ações são o Norte, são o coração do plano, que fazem com que essas ideias e esses desejos sobre a política de turismo aconteçam na prática. Por fim, Sardinha (2021), afirma ainda que as ações devem ter natureza operacional: são as ações que vão dizer o que será feito e qual vai ser a dimensão daquilo que será feito para o conjunto da política de turismo. Ademais, as ações devem ser pensadas concretamente, ou seja, de forma que quem ler vai compreender o que precisa ser feito e que essa execução deve ser realizada levando em consideração as condições existentes no município.

Estabelecidas as propostas do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico, passa-se então para a etapa de implantação do plano, a qual envolve a operacionalização dos programas e projetos delineados. Isso implica transformar as estratégias planejadas em ações concretas. Esta fase é crucial no planejamento, pois todo o esforço dedicado ao processo torna-se infrutífero se o plano não for efetivado e suas ações não forem concretizadas para efetuar mudanças no contexto local. (Petrocchi, 2001; Hall, 2004; Barreto, 2009; Müller, Silva, 2011; Novo, 2010; Santos, 2010; Amorim, Borges, Silva, 2021).



Para efetivar as ações planejadas, Santos (2010) destaca a importância de estabelecer parcerias entre os diferentes atores envolvidos no desenvolvimento da atividade turística, englobando a comunidade, o setor público e a iniciativa privada. Essa colaboração é essencial não apenas porque as ações afetam diretamente a vida e as atividades desses participantes, mas também devido à necessidade de investimentos significativos, sejam eles públicos ou privados, para concretizar as ações.

Por fim, tem-se a etapa final de avaliação continuada. Diversas ações e estratégias delineadas no plano podem sofrer ajustes devido a variáveis externas não antecipadas durante sua formulação. É crucial destacar que a atividade turística é altamente fluida e suscetível a mudanças, sendo influenciada por uma variedade de elementos. Portanto, algumas previsões podem não se materializar conforme inicialmente planejado. Assim, é vital que o plano seja regularmente revisado. Se necessário, ajustes e correções podem ser incorporados ao plano original para garantir sua eficácia e adaptabilidade às circunstâncias emergentes. (Ruschmann, 2010; Petrocchi, 2001; Dias, 2008; Müller, Silva, 2011; Novo, 2010; Santos, 2010; Amorim, Borges, Silva, 2021).

O planejamento consiste em estabelecer um curso de ação que conduza à obtenção de um futuro desejado. Assim, o planejamento é a principal ferramenta para que a atividade turística ocorra e, dessa maneira, possa ajudar a melhorar a qualidade de vida da população local, a economia, a cultura, o meio ambiente e a sociedade em geral. A literatura registra diferentes formas de se planejar um destino turístico, da mesma maneira que vários são os tipos de modelos existentes. Assim, o planejamento dos destinos turísticos não obedece a uma metodologia única. Neste marco teórico, então, propôs-se com base em autores de referência algumas etapas principais para a elaboração de um Plano Municipal de Turismo: o

diagnóstico; o prognóstico; os objetivos e metas; a definição dos meios de se atingir os objetivos (estratégias e propostas); a implantação das ações; e a avaliação continuada. O diagnóstico é a análise da situação atual. O prognóstico é a previsão de cenários futuros. Os objetivos e metas referem-se ao que você busca atingir com o desenvolvimento do turismo, sendo que as metas quantificam e determinam prazos para que os objetivos sejam alcançados. As estratégias referem-se à escolha dos caminhos possíveis de serem seguidos para se alcançar os objetivos. As propostas são as descrições das ações a serem implementadas, por meio do plano de ações. A implementação é a etapa em que as ações previstas no plano são colocadas em prática. Por fim, a avaliação continuada é o processo por meio do qual o plano é constantemente revisto e, se houver necessidade, modificado.

4 RESULTADOS

4.1 Caracterização do Município de Contagem

O município de Contagem localiza-se na região central do estado de Minas Gerais, localizado na Região Sudeste do Brasil. Com área de 194,746 km², o município de Contagem está localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte. As cidades limítrofes são: Belo Horizonte, Betim, Esmeraldas, Ribeirão das Neves e Ibituripe. Contagem é o terceiro município mais populoso do estado com 621.865 habitantes (atrás apenas de Belo Horizonte e Uberlândia) e o 33º município mais populoso do Brasil, segundo o censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



Em relação à economia, conforme censo de 2022 divulgado pelo IBGE, em Contagem o PIB per capita era de R\$ 54.136,41. Sua localização central no estado de Minas Gerais ajudou o município a transformar-se em um centro agregador importante de atividades manufatureiras, bem como de atividades voltadas para as áreas de comércio e serviços.

Segundo dados de 2024 do Observatório Econômico de Contagem, o município possui 7 distritos industriais, sendo 6 geridos pela Prefeitura Municipal de Contagem, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e 1 particular. As atividades desenvolvidas nos distritos são múltiplas, abrangendo principalmente: indústria automotiva, indústria metalmeccânica, produção de minerais não metálicos, indústria eletroeletrônica, indústria química, tecnologia da informação (TI), fármacos e ciências da vida, fabricação de polímeros (borracha e plástico), indústria moveleira, alimentos e bebidas, confecção de artigos de vestuário e acessórios, indústria gráfica, fabricação de equipamentos médico hospitalares e instrumentos de precisão, dentre outras.

Aliado a grande diversificação de seu parque industrial, o município também agrega uma rede de serviços especializados, universidades, escolas técnicas de formação profissional e um mercado consumidor promissor. Segundo dados de 2024 do Observatório Econômico de Contagem, o município se destaca como um polo comercial na Região Metropolitana de Belo Horizonte, consoante à sua massiva e crescente população. Além dos seus três shoppings centers (Itaú Power Shopping, Shopping Contagem e Big Shopping), a cidade conta com uma intensa atividade comercial nos bairros Eldorado, Industrial, Riacho das Pedras e Amazonas. Há uma grande variedade de segmentos comerciais, com destaque para os eletrodomésticos, calçados, vestuário e alimentação. O Mercado Municipal de Contagem é uma atração à parte, pois funciona como um espelho da cultura mineira e, de modo particular, dos costumes da cidade.

O setor de turismo de Contagem está regulamentado pela Lei Municipal nº 4825, de 30 de maio de 2018, que dispõe sobre a Política Municipal de Turismo, institui o Fundo de Turismo de Contagem - Funturc e dá outras providências. Conforme seu artigo primeiro, a Lei

nº 4825/2018 “estabelece normas sobre a Política Municipal de Turismo, define as atribuições do Município no planejamento, desenvolvimento e fomento ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos.”.

Conforme artigo 7º da Lei nº 4825/2018, o Sistema Municipal de Turismo de Contagem é composto pelos seguintes órgãos:

I - **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**, órgão central do sistema, no âmbito de sua atuação, à qual caberá a coordenação e a execução dos programas de desenvolvimento do turismo;

II - **Conselho Municipal de Turismo de Contagem - Conturc**, órgão colegiado de assessoramento superior, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, de caráter consultivo, que tem por finalidade propor diretrizes, oferecer subsídios e contribuir para a formulação da Política Municipal de Turismo, bem como acompanhar sua implementação, com vistas ao desenvolvimento do turismo no Município, em todas as suas modalidades;



III - **Fundação de Parques e Áreas Verdes de Contagem - ConParq**, em razão da importância dos parques para o turismo municipal;

IV - **Fundação Cultural do Município de Contagem - FUNDAC**, para fomentar ao máximo a relação entre a cultura, a produção cultural, as atividades culturais e o turismo.

(grifo nosso)

Conforme Decreto nº 974, de 14 de setembro de 2023, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, as competências e atribuições de suas unidades, as definições e normas sobre seu quadro de pessoal e cargos e dá outras providências, em seu artigo 1º, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDECON - tem por finalidade

planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações, a cargo do Município, relativas à promoção e ao fomento da indústria, do comércio, do turismo e dos serviços para a gestão e o desenvolvimento de sistemas de produção, transformação, expansão e distribuição, além do assessoramento ao Chefe do Poder Executivo em assuntos de sua competência (grifo nosso)

Ademais, a Lei nº 4825/2018, em seu artigo 3º, dispõe que “cabe à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico implementar a Política Municipal de Turismo”. Dentro da estrutura da SEDECON, o planejamento e implantação da política municipal de turismo de Contagem fica na Diretoria de Turismo da Superintendência de Apoio ao Turismo.

Ainda no que tange a estrutura pública de turismo de Contagem, conforme a Lei nº 4825/2018, em seu artigo 6º, o Plano Municipal de Turismo será elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e pelo Conselho Municipal de Turismo de Contagem - Conturc, com o “objetivo de ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Município e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo, ouvidos os segmentos públicos e privados interessados”.

O Conturc é o canal da Administração Municipal responsável por reunir todos os setores que têm relação com o turismo e podem contribuir para posicionamento de Contagem como destino turístico consolidado. Fazem parte do Conturc integrantes do Poder Executivo Municipal, representados por servidores das secretarias municipais de Cultura, Esporte e Juventude; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Urbano e Habitação; e da Câmara de Vereadores. O Conselho também é composto por representantes do Sindicato das Empresas de Turismo de Minas Gerais, do setor da economia criativa, instituições de ensino, áreas de promoção e captação de eventos, além do G7 de Contagem. O G7 Contagem é um grupo que reúne sete entidades empresariais e representativas dos diversos setores da sociedade, com objetivo de construção conjunta de uma agenda estratégica

para o desenvolvimento econômico e social do município. Integram o G7, o CIEMG (Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais), a ACIC (Associação Comercial e Industrial de Contagem), o CDL Contagem (Câmara de Dirigentes Lojistas), a ACCEASA (Associação Comercial da Ceasa-MG), a OAB – Subseção Contagem (Ordem dos Advogados do Brasil), o CREA Contagem (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais), e o CRCMG (Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais).

Por fim, cabe detalhar ainda na estrutura de turismo de Contagem o Fundo Municipal de Turismo. Conforme artigo 11º da Lei nº 4825/2018 o Funturc está vinculado a SEDECON e é o



órgão de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pela entidade municipal como de interesse turístico.

Contagem destaca-se como um município com capacidade, potencial e perfil para gerar oportunidades no turismo cultural. Dentre as possibilidades de turismo cultural, antigas casas e imóveis, que remontam a história de Contagem desde a época do arraial de São Gonçalo, se transformaram em patrimônio cultural e grandes atrações turísticas. Os imóveis hoje abrigam centros culturais e espaços de espetáculos sempre abertos à população contagense. No Quadro 1 abaixo seguem alguns exemplos desses atrativos culturais.

Quadro 1 – Atrativos culturais de Contagem.

Atrativo Cultural	Breve descrição
Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo Mattos Filho	Conjunto arquitetônico formado por três casarões representativos da história local: Casa Amarela, Casa Rosa e Casa Azul. No local, atualmente, funciona o Centro Cultural de Contagem, abrigando galeria de arte, teatro, salas multiuso e salas de aulas para cursos de artes, além de oferecer oficinas e eventos durante o ano.
Capela São Domingos de Gusmão	Foi construída em regime de mutirão pela comunidade na década de 1960 do século XX e sua história se confunde com o processo de ocupação da região.
Quatro Chaminés e Prédio Administrativo da Itaú	Remanescentes da antiga fábrica de cimento Portland Itaú, primeira fábrica instalada na Cidade industrial, construídas nas décadas 50 e 60 do século XX, representam o referencial simbólico da memória do trabalho em Contagem.
Igreja Matriz de São Gonçalo	Em 1835, a capela foi substituída por uma construção mais suntuosa, sendo elevada à condição de Matriz em 1854, separando-se da Paróquia da Boa Viagem, no Curral Del Rei.

Praça Nossa Senhora da Glória	Local para a realização de caminhadas que contém muita área verde e uma bela cascata.
Praça da Jabuticaba	Praça localizada no Centro Histórico da cidade. Foram plantadas diversas mudas de



	jabuticabeiras ao longo da praça. A jabuticabeira é um dos símbolos do município de Contagem e que faz parte da construção da cidade.
Ruínas da Fazenda Vista Alegre	Preserva a memória agropastoril de Contagem. Foi tombada pelo Decreto 10.460 de 2 de maio de 2000.
Cine Teatro Municipal	Sua história data do século XIX, quando foi construído em mutirão pela comunidade. Tombado pelo Decreto 10.806, de 31 de maio de 2001. Possui capacidade para 450 pessoas, camarins, foyer nos dois pavimentos e palco.
Casa dos Cacos	Foi construída e customizada com mosaicos de louça e cerâmica pelo geólogo Carlos Luís. Toda a casa, além de enfeites e alegorias, é feita de cacos vindos das mais diversas procedências.
Conjunto Arquitetônico da Prefeitura Municipal (Prefeitura, Praça Presidente Tancredo Neves e Capela de Santa Helena)	O conjunto é formado pelo prédio construído na década de 1950 para abrigar o Seminário São José da Ordem dos Carmelitas, pela praça Tancredo Neves e pela Capela Santa Helena. Em 1985, tornou-se sede da Administração Municipal. A Capela de Santa Helena foi construída em 1868 em estilo barroco. A Praça Tancredo Neves foi construída em 1991, com uma área de lazer com arborização, playground, quadras poliesportivas, coreto, pista de caminhada e skate.

Casa da Cultura Nair Mendes Moreira	Conhecida como "Casa do Registro", é considerada a casa mais antiga da cidade e um dos núcleos de origem da antiga "Contagem das Abóboras". Atualmente é o Museu Histórico de Contagem e abriga o Departamento de História, Memória e Patrimônio Cultural do Município com significativo acervo documental sobre a história da cidade.
Capela Imaculada Conceição e Santa Edwiges	Além do valor simbólico para a comunidade, sua preservação é motivada pelos vitrais com representação de cenas bíblicas em suas paredes laterais e fachadas.
Comunidade dos Arturos	A comunidade oferece um retrato da identidade cultural e das tradições dos negros africanos trazidos para o Brasil no período



	escravagista. Entre as celebrações dos Arturos, destacam-se o Batuque, a festa da capina denominada "João do Mato", a folia de Reis, a Festa da Abolição da Escravatura e, principalmente, o Reinaldo de Nossa Senhora do Rosário, festa popularmente conhecida como Congado.
--	---

Fonte: elaborado pela autora com base em informações do site da prefeitura de Contagem.

Contagem também apresentam forte potencial para o turismo de natureza e abriga vários atrativos naturais. No Quadro 2 abaixo seguem alguns exemplos desses atrativos naturais.

Quadro 2 – Atrativos naturais de Contagem.

Atrativo Natural	Breve descrição
Vargem das Flores	Área com grande potencial turístico no que diz respeito a atividades de lazer e esportes aquáticos.
Parque do Sapucaias	Abriga área verde com nascente e lagoa, com quadra de esportes, Academia da Cidade, permitindo o contato da população com a natureza e a prática de

	esportes.
Parque das Amendoeiras	Parque com opções de esporte e lazer, como pistas de skate, quadra esportiva, campo de futebol, quadra de areia, vestiários, anfiteatro, Academia da Cidade e sala para cursos.
Parque Ecológico do Eldorado	Parque com pista de caminhada, trilha suspensa, Academia da Cidade, quadras de vôlei e futebol, mini arena para as apresentações culturais, parque infantil e abriga diversas nascentes, dois lagos e uma mata.
Parque Ginásio do Tropical	Parque tem quadras de esportes, Academia da Cidade, sala de convivência (Casa de Vidro), playground, pista de skate, pista de caminhada.
Parque Sarandi	Situado em uma Área de Preservação Permanente (APA) nas margens do córrego Sarandi, o Parque conta com pista de caminhada, ciclovia, playground, quadras e Academia da Cidade.
Parque Municipal Gentil Diniz	Área ecológica ideal para caminhadas, contemplações e também de voltar ao tempo, ao visitar um casarão do século XIX e o



	Caminho das Pedras, construído há mais de cem anos e composto até hoje por pedras originais de época.
--	---

Fonte: elaborado pela autora com base em informações do site da prefeitura de Contagem.

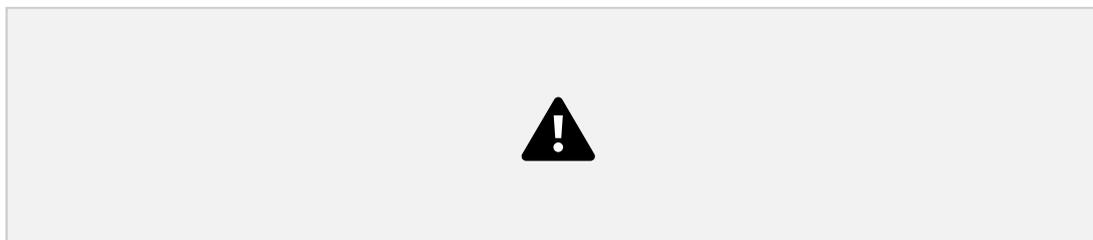
Apesar de Contagem contar com tantos pontos turísticos conforme supracitado, atualmente, esses atrativos não são devidamente conhecidos e explorados, uma vez que não existe, ainda, um Plano Municipal de Turismo formalizado com a proposta de ações que desenvolvam de forma estratégica e planejada o potencial turístico da Cidade. Embora a criação desse plano esteja prevista na Lei nº 4825/2018, o município de Contagem não apresenta um Plano Municipal de Turismo. Nas pesquisas realizadas neste estudo identificou-se em atas de reuniões do Conturc a presença de discussões sobre a necessidade de criação desse plano, com menção inclusive na última reunião realizada em 2023, datada de 20/09/2023.

Além disso, Contagem não pertence a uma Instância de Governança Regional – IGR e, conseqüentemente, não compõe o Mapa do Turismo do Ministério do Turismo (MTur). Nas pesquisas realizadas, identificou-se que em 2021 o município foi certificado pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult) a compor a listagem de municípios da Instância de Governança Regional Veredas do Paraopeba. Contudo, Contagem deixou de cumprir os requisitos para fazer parte do Programa de Regionalização de Minas Gerais, conforme Decreto nº 47.687/2019 e Resolução Secult nº16/2020, e deixou de pertencer a IGR. Tal cenário é ruim para o município visto que a associação de Contagem a IGR representa uma estratégia importante de incentivo à política municipal de turismo, integrando o município às políticas estadual e federal de turismo. Assim, a cidade poderia se beneficiar das ações da Secult e do MTur, como integrar uma IGR, o Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa Gastronômico, além de contar com o ICMS turístico e captar recursos via programas regionais de desenvolvimento do turismo, por exemplo.

4.2 Proposição de diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Turismo de Contagem

Com base nas principais bibliografias pesquisadas sobre a temática proposta, um Plano Municipal de Turismo é resultante do processo de planejamento turístico e evidenciou-se algumas etapas importantes necessárias ao seu processo de elaboração. Assim, apresenta-se como resultado deste artigo algumas diretrizes fundamentais que devem ser incorporadas pela Sedecon e pelo Conturc no processo de elaboração do Plano Municipal de Turismo de Contagem.

Construir o Plano Municipal de Turismo de Contagem significa dar concretude às diretrizes e recomendações da Política Municipal de Turismo de Contagem (Lei nº 4825, de 30 de maio de 2016 que dispõe sobre a Política Municipal de Turismo). Segundo Sardinha (2021), um Plano operacionaliza as ideias e as diretrizes de uma Política. Ademais, as referências básicas, ou diretrizes mais gerais, para a construção do Plano Municipal de Turismo estão dadas



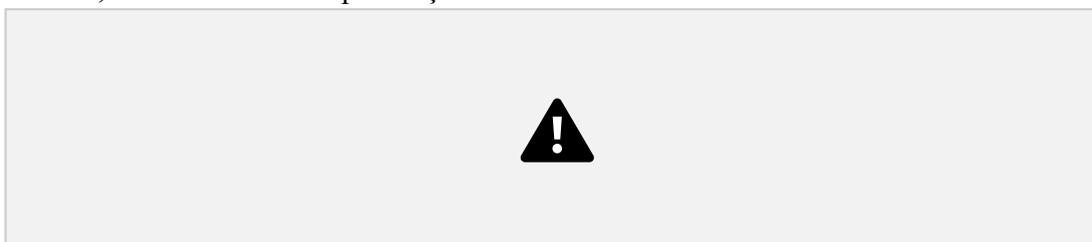
no Plano Estadual de Turismo. No caso de Minas Gerais, tais referências encontram-se no Plano Mineiro de Turismo, instituído pela Lei nº 12.398, de 12 de dezembro de 1996. Assim, a partir dessa referência estadual de Minas Gerais, o município de Contagem deve construir o seu plano municipal de acordo com aquilo que é mais adequado à sua realidade.

As principais etapas no processo de elaboração de um Plano Municipal de Turismo são: o diagnóstico; o prognóstico; estabelecimento de objetivos e as metas; a definição dos meios de se atingir os objetivos (estratégias e propostas); a implantação das ações; e, por fim, a avaliação continuada. (Petrocchi, 2001; Hall, 2004; Dias, 2008; Barreto, 2009; Ruschmann, 2010; Ottoni, Scalco, 2010; Novo, 2010; Santos, 2010; Müller, Silva, 2011; Amorim, Borges, Silva, 2021)

Assim, a primeira etapa é o diagnóstico, ou seja, realizar uma análise da situação atual em relação a atividade turística no município de Contagem, evidenciando: atrações turísticas existentes; instalações e serviços para turistas; estrutura geral; demanda real e potencial; além de identificar os pontos fracos e fortes, oportunidades e riscos relacionadas ao desenvolvimento turístico no local. Ademais, ao analisar o cenário de criação do Plano Municipal de Turismo de Contagem, é importante realizar o estudo das políticas públicas existentes no município (tais como cultura, desenvolvimento econômico, planejamento urbano, obras e infraestrutura, transportes, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, educação, saúde, segurança, entre outras) de forma a verificar o que essas políticas já realizam em termos de ações de Turismo em sua normatização, legislações e/ou práticas cotidianas. É

importante verificar o que já existe em termos de turismo dentro das políticas municipais para evitar a necessidade de criar um plano do zero, um plano totalmente novo. Ao contrário, parte-se do que já existe em termos de turismo e propõe-se o reforço do que já é exigido no próprio texto normativo dessas políticas e/ou do que precisa ser ampliado, melhorado e/ou ressignificado. Nessa etapa, destaca-se que Contagem é culturalmente muito rica e apresenta diversos atrativos turísticos culturais, patrimônios históricos e de natureza, o que demonstra um potencial turístico significativo da cidade.

Após realizar o diagnóstico, os próximos passos são pensar nos possíveis cenários futuros do turismo para o Município de Contagem (o prognóstico), e estabelecer os objetivos, metas e estratégias possíveis que conduzirão a esse cenário futuro almejado. No desenvolvimento dessas etapas, é muito importante analisar o cenário político, institucional e de gestão em que o Plano Municipal de Turismo será elaborado e implementado com o objetivo de identificar quais os espaços estratégicos existentes, quais espaços podem ser fomentadores de agenda e qual é o melhor local para dar início ao processo de construção desse plano. É importante analisar as relações institucionais existentes, seja entre governos, entre secretarias, com movimentos sociais, entre outros. Esse cenário é importante visto que representa a realidade concreta existente para sugerir a criação do plano. Nesse sentido, destaca-se nesse cenário institucional de Contagem a existência na estrutura de governo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Sedecon, que tem entre suas competências o papel de definir diretrizes gerais e coordenar a formulação e implantação das políticas de turismo do município. Ademais, a Sedecon tem uma estrutura específica para tratar da atividade turística, a Diretoria de Apoio ao Turismo. Destaca-se, ainda, a existência do Conselho Municipal de Turismo de Contagem – Conturc e do Fundo de Turismo de Contagem - Funturc. Conforme Sardinha (2021), quando o município tem na sua estrutura a institucionalidade de uma Política de Turismo, com um gestor definido e com uma diretoria definida, bem como com a presença de



conselho e fundo, ressalta-se a existência de espaços estratégicos para se pensar a elaboração do plano. Por fim, sugere-se ainda analisar processos de elaboração de Planos Municipais de Turismo de outras cidades de forma a aprender os erros, acertos e boas práticas adotadas por outros municípios em seus processos de elaboração de um Plano Municipal de Turismo.

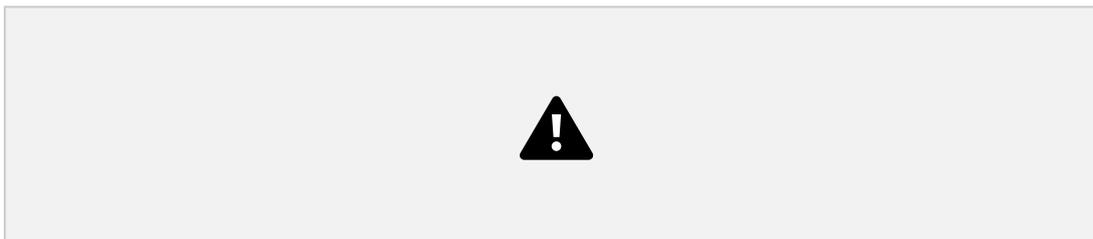
Após avaliar as estratégias, é o momento de selecionar aquelas que mais se alinham aos objetivos estabelecidos, as quais serão incorporadas ao plano de ação. Sardinha (2021), afirma que as ações devem ter natureza operacional: são as ações que vão dizer o que será feito e qual vai ser a dimensão daquilo que será feito para o conjunto da política de turismo. Ademais, as ações devem ser pensadas concretamente, ou seja, de forma que quem ler vai compreender o que precisa ser feito e que essa execução deve ser realizada levando em consideração as condições existentes no município. Nessa etapa, destaca-se a necessidade de Contagem se integrar às políticas estadual e federal de turismo. Assim, a cidade poderia se beneficiar das ações da Secult e do MTur, como integrar uma IGR, o Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa Gastronômico, além de contar com o ICMS turístico e captar recursos via programas regionais de desenvolvimento do turismo.

Por fim, tem-se a implementação, etapa em que as ações previstas no plano são colocadas em prática, e a avaliação continuada, processo em que o plano é constantemente revisto e modificado caso seja necessário. Em relação a essas duas últimas etapas, destaca-se que o Plano Municipal de Turismo tem basicamente um conjunto de ações estratégicas com metas, indicação de orçamento/recurso financeiro, definição de responsabilidade sobre quem vai executar determinada ação e critérios de monitoramento e avaliação de forma a mensurar se o que foi proposto está sendo implementado e se os resultados pretendidos estão sendo alcançados. Nesse sentido, não basta o plano contemplar uma boa ideia. Para ser efetivo, o

plano precisa de orçamento e de critérios para sua implementação e posterior avaliação. Caso contrário, o plano se torna um mero tratado de boas intenções ou uma relação de boas práticas a serem implementadas. Reforça-se, então, a necessidade de Contagem, por meios da Sedecon e do Conturc enquanto órgãos responsáveis pela elaboração e implementação do Plano Municipal de Turismo, planejar bem o viés operacional do plano, ou seja, a capacidade de conseguir colocar o plano em prática.

Essas análises supracitadas, então, consolidam o objetivo deste artigo com a proposição de algumas diretrizes fundamentais, algumas questões básicas e necessárias que devem ser incorporadas no processo de elaboração do Plano Municipal de Turismo de Contagem, de forma a evidenciar os desafios e as possibilidades colocados à Sedecon e ao Conturc para criação desse plano e garantir êxito em sua criação e posterior implementação.

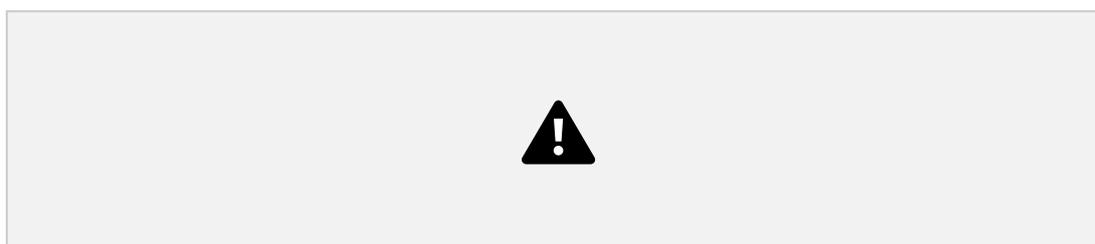
O Quadro 3 abaixo traz um quadro resumo das análises realizadas neste artigo e apresenta algumas proposições de diretrizes, resultados esperados e possíveis responsáveis e atores envolvidos.



Quadro 3 - Proposição de diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Turismo de Contagem.

Etapas para elaboração do Plano	Proposições de diretrizes	Resultados esperados
--	----------------------------------	-----------------------------

Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> ● Realizar análise da situação atual do turismo em Contagem, evidenciando: atrações turísticas existentes; instalações e serviços para turistas; estrutura geral; demanda real e potencial; além de identificar os pontos fracos e fortes, oportunidades e riscos relacionadas ao desenvolvimento turístico no local. ● Analisar também políticas públicas existentes em Contagem (tais como cultura, desenvolvimento econômico, planejamento urbano, obras e infraestrutura, transportes, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, educação, saúde, segurança, entre outras) de forma a verificar o que essas políticas já realizam em termos de ações de Turismo em sua normatização, legislações e/ou práticas cotidianas, visando evitar a necessidade de criar um plano do zero, um plano totalmente novo. Ao contrário, parte-se do que já existe em termos de turismo e propõe-se o reforço do que já é exigido no próprio texto normativo dessas políticas e/ou do que precisa ser ampliado, melhorado e/ou ressignificado. 	<ul style="list-style-type: none"> ● O diagnóstico de C caracterização geral da classificação da oferta da demanda; lista de p Contagem que tem int Turismo; e uma a posição atual do município desenvolvimento ● Contagem é cultura apresenta diversos culturais, patrimônios histó demonstra um potenci cidade em várias frent turismo de experiência técnicos e eventos (gastronomia).
-------------	--	---



- O cenário traçado para o futuro do Turismo deve ter como base o panorama atual de Contagem identificado no diagnóstico.
- Seria desejável delinear ao menos 3 cenários
- Importância de uma

Prognóstico e Estabelecimento de objetivos e as metas

- Analisar os possíveis cenários futuros do turismo para Contagem (prognóstico) e estabelecer os objetivos e metas que conduzirão a esse cenário futuro almejado.
 - Analisar o cenário político, institucional e de gestão em que o Plano Municipal de Turismo será elaborado e implementado com o objetivo de identificar quais os espaços estratégicos existentes, quais espaços podem ser fomentadores de agenda e qual é o melhor local para dar início ao processo de construção desse plano.
 - Analisar processos de elaboração de Planos Municipais de Turismo de outras cidades de forma a aprender os erros, acertos e boas práticas adotadas por outros municípios em seus processos de elaboração de um Plano Municipal de Turismo.
- futuros: a trajetória se o turismo evoluir de maneira desorganizada, sem diretrizes planejadas (cenário pessimista); a trajetória se parte das diretrizes do plano for concretizada (cenário

realista); e a trajetória se todas as diretrizes forem efetivadas (cenário otimista).

- Os objetivos que conduzirão ao cenário futuro almejado devem ser definidos de maneira clara e transformados em metas com prazo e quantidade bem delineados. Por exemplo, para o objetivo gerar emprego e renda, uma meta poderia ser gerar 5.000 postos de trabalho no prazo de 1 ano.

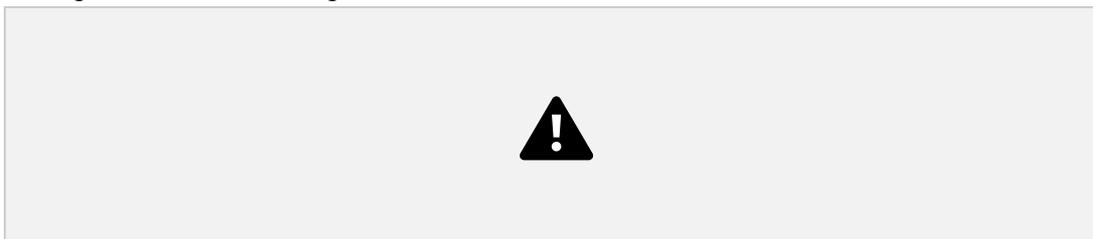
- Destaca-se no cenário institucional de Contagem a existência da Sedecon, da Diretoria de Apoio ao Turismo, do Conturc e do Funturc.

- Contagem deve trocar experiências com outros municípios mineiros e do Brasil que elaboraram Planos Municipais de Turismo.

equipe multidisciplinar, com a participação de profissionais das áreas de turismo, economia, sociologia,

antropologia, biologia, geografia, história etc. ● Participação de todos os atores envolvidos com as atividades turísticas: representantes do poder público, da iniciativa privada e da comunidade.

- Responsáveis do setor público: Sedecon e Conturc.



- Destaca-se a necessidade de Contagem se integrar às políticas estadual e federal de turismo. Assim, a cidade poderia se beneficiar das ações da Secult e do MTur, como integrar uma IGR, o Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa Gastronômico, além de contar com o ICMS turístico e captar recursos via programas

- Importância de uma equipe multidisciplinar, com a participação de profissionais das áreas de turismo, economia,

Definição dos meios de se atingir os objetivos

(estratégias e propostas)

- Pensar estratégias diversas para o Plano Municipal de Turismo e selecionar aquelas que mais se alinham aos objetivos estabelecidos, as quais serão incorporadas ao plano de ação.

- As ações devem ter natureza operacional: são as ações que vão dizer o que será feito e qual vai ser a dimensão daquilo que será feito no Plano Municipal de Turismo de Contagem.

- As ações do Plano Municipal de Turismo de Contagem devem dar concretude às diretrizes e recomendações da Política Municipal de Turismo. Assim, importante consultar as diretrizes estabelecidas na Lei Municipal nº 4825/2018 que dispõe sobre a Política Municipal de Turismo de Contagem.

- O Plano de Contagem deve tomar como referência também o Plano Estadual de Turismo de Minas Gerais, instituído pela Lei nº 12.398/1996. Assim, a partir dessa referência estadual, o município pode construir o seu plano municipal de acordo com aquilo que é mais adequado ao seu contexto e à sua realidade.

sociologia,

antropologia, biologia, geografia, história etc. ● Participação de todos os atores envolvidos com as atividades turísticas: representantes do poder público, da iniciativa privada e da comunidade.

- Responsáveis do setor público: Sedecon e Conturc.



- Implementação, etapa em que as ações previstas no plano são colocadas em prática

Implantação das ações e avaliação continuada

- Avaliação continuada, processo em que o plano é constantemente revisto e modificado caso seja necessário.
- Um Plano Municipal de Turismo deve contemplar um conjunto de ações estratégicas com metas, indicação de orçamento/recurso financeiro, definição de responsabilidade sobre quem vai executar determinada ação e critérios de monitoramento e avaliação de forma a mensurar se o que foi proposto está sendo implementado e se os resultados pretendidos estão sendo alcançados.
- Para que o Plano concretize suas ações planejadas é importante estabelecer parcerias entre os diferentes atores envolvidos no desenvolvimento da atividade turística, englobando a comunidade, o setor público e a iniciativa privada. Essa colaboração é essencial não apenas porque as ações afetam diretamente a vida e as atividades desses participantes, mas também devido à necessidade de investimentos significativos, sejam eles públicos ou privados, para concretizar as ações.
- A Sedecon e o Conturc, enquanto órgãos responsáveis pela elaboração e implementação do Plano Municipal de Turismo de Contagem, devem planejar bem o viés operacional do plano, ou seja, a capacidade de conseguir colocar o plano em prática. Para ser efetivo, o plano precisa de orçamento e de critérios para sua implementação e posterior avaliação. Caso contrário, o plano se tornará um mero tratado de boas intenções ou uma relação de boas práticas a serem implementadas.
- Além disso, para que o Plano Municipal de Turismo de Contagem seja de fato implementado, a Sedecon e o Conturc devem articular todos os atores envolvidos no desenvolvimento da atividade turística de Contagem, englobando a comunidade, o setor público e a iniciativa privada.
- O Plano Municipal de Turismo de Contagem deve prever mecanismos para que ele seja constantemente revisto e, se houver necessidade, modificado.
- Importância de uma equipe multidisciplinar, com a participação de profissionais das áreas de turismo, economia, sociologia, antropologia, biologia, geografia, história etc.
- Participação de todos os atores envolvidos com as atividades turísticas: representantes do poder público, da iniciativa privada e da comunidade.
- Responsáveis do setor público: Sedecon e Conturc.



5 CONCLUSÃO

Buscou-se nesse artigo propor algumas diretrizes para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Sedecon e o Conselho Municipal de Turismo de Contagem - Conturc pensar a criação de um Plano Municipal de Turismo para Contagem. Nesse sentido, a presente pesquisa buscou evidenciar alguns elementos e passos fundamentais que devem ser levados em consideração para a elaboração desse Plano.

Planejar é sempre uma atividade que pretende modificar a situação atual, estabelecendo um cenário futuro desejado. No turismo, o planejamento é uma importante ferramenta para minimizar os impactos negativos da atividade e potencializar os efeitos positivos. O Plano Municipal de Turismo é o documento resultante desse processo de planejamento turístico.

Construir um Plano Municipal de Turismo significa dar concretude às diretrizes e recomendações da Política Municipal Turismo. Assim, realizou-se uma construção conceitual e metodológica de pensar o que constitui, como se constitui e para que se constitui um Plano Municipal de Turismo. Um Plano Municipal de Turismo tem como objetivo operacionalizar a Política Municipal Turismo, com a proposição de ações sustentáveis, monitoráveis e financiáveis que trabalhem o turismo na prática.

Dessa forma, inicialmente realizou-se a proposição de alguns elementos essenciais que devem ser contemplados na estrutura e no processo de elaboração de um Plano Municipal de Turismo. As principais etapas de um Plano Municipal de Turismo são: o diagnóstico; o prognóstico; os objetivos e metas; as estratégias; as propostas; a implantação das ações; e a avaliação continuada. O diagnóstico é a análise da situação atual. O prognóstico é a previsão de cenários futuros. Os objetivos e metas referem-se ao que você busca atingir com o desenvolvimento do turismo, sendo que as metas quantificam e determinam prazos para que os objetivos sejam alcançados. As estratégias referem-se à escolha dos caminhos possíveis de serem seguidos para se alcançar os objetivos. As propostas são as descrições das ações a serem implementadas, por meio do plano de ações. A implementação é a etapa em que as ações previstas no plano são colocadas em prática. Por fim, a avaliação continuada é o processo por meio do qual o plano é constantemente revisto e, se houver necessidade, modificado.

Ademais, destacou-se que o Plano Municipal de Turismo é um documento contendo as orientações e propostas do planejamento do turismo e deve ser elaborado por uma equipe multidisciplinar. O poder público é o responsável por elaborar e implementar os planos de desenvolvimento turístico. Porém, a iniciativa privada e a comunidade também possuem papéis importantes no planejamento e desenvolvimento do turismo. É preciso um envolvimento e corresponsabilidade do setor público, da iniciativa privada e da comunidade para o desenvolvimento sustentável do turismo.

No que tange ao processo de elaboração, é importante analisar as normatizações, as legislações e as práticas cotidianas existentes nas políticas públicas do município de Contagem (tais como cultura, desenvolvimento econômico, planejamento urbano, obras e infraestrutura, transportes, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, educação, saúde, segurança, entre outras) visando compreender o que já é realizado em termos de turismo nessas políticas municipais. Ademais, importante analisar também o cenário político, institucional e de gestão existente em Contagem para se propor a criação de um Plano Municipal de Turismo visto que permite identificar quais os espaços estratégicos existentes, quais espaços podem ser fomentadores de agenda e qual é o melhor local para dar início ao processo de construção do



plano. Por fim, sugere-se ainda analisar processos de elaboração de Planos Municipais de Turismo de outras cidades de forma a aprender os erros, acertos e boas práticas adotadas por esses municípios em seus processos de elaboração de um Plano Municipal de Turismo.

Dessa forma, colocou-se aqui algumas orientações e sugestões ao trabalho a ser desenvolvido pela Sedecon e pelo Conturc na construção de um Plano Municipal de Turismo para Contagem. Tais orientações buscaram trazer alguns parâmetros e diretrizes mais amplas sobre o processo de elaboração de um Plano Municipal de Turismo, as quais podem ser ajustadas, questionadas e reformuladas pela secretaria e pelo conselho. Importante, inclusive, destacar que o Conturc constitui espaço legítimo para a proposição desse plano municipal visto que o conselho reúne membros governamentais de pautas diversas (cultura; esporte, lazer e juventude; desenvolvimento urbano; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; trânsito e transportes; entre outras) e membros da sociedade civil que trabalham com a pauta Turismo, além de ter como finalidade “propor diretrizes, oferecer subsídios e contribuir para a formulação da Política Municipal de Turismo, bem como acompanhar sua implementação, com vistas ao desenvolvimento do turismo no Município, em todas as suas modalidades.” (Contagem, 2018). Assim, reforça-se que as diretrizes aqui sugeridas constituem uma carta de ideias a ser analisada e discutida no espaço do Conturc, bem como pela Sedecon.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Rafaela Cavalcante De; BORGES, Aylana Laíssa Medeiros; SILVA, Rodrigo Cardoso Da. **Planejamento do Turismo no âmbito municipal: um estudo em Xambioá - TO.** Revista Acadêmica Observatório de Inovação Do Turismo, [S.l.], p. 21-41, ago. 2021. ISSN 1980-6965. Disponível em:

<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/6108>>. Acesso em: 08/02/2024.

BARRETO, Margarida. **Planejamento responsável do turismo.** 2. ed. Campinas: Papyrus, 2009.

BRASIL. **Lei Geral do Turismo nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm>. Acesso em: 12/01/2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo.** Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/introducao_a_regionalizac_ao_do_turismo.pdf>. Acesso em: 08/02/2024.



BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo 2024**. Disponível em: <<https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 09/02/2024.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; BONETTI, Lucas Araújo. **Trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil**. Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 19 (diciembre 2015). Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/turydes/19/politicas.html>>. Acesso em: 08/02/2024.

COSTA, Sarany Rodrigues da; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. **GESTÃO DESCENTRALIZADA DO TURISMO NO BRASIL: a regionalização como estratégia para o desenvolvimento nacional**. 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/53816742.pdf>>. Acesso em: 08/02/2024.

CONTAGEM. **Decreto nº 512, de 15 de maio de 2018**. Regulamenta o Conselho Municipal de Turismo de Contagem - CONTURC. Contagem: Câmara Municipal de Contagem, 2018. Disponível em: <<http://ww3.contagem.mg.gov.br/arquivos/legislacao/dec005122018-20180516083551.pdf>>. Acesso em: 12/01/2024.

CONTAGEM. **Decreto nº 974, de 14 de setembro de 2023**. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, as competências e atribuições de suas unidades, as definições e normas sobre seu quadro de pessoal e cargos e dá outras providências. Contagem: Câmara Municipal de Contagem, 2023. Disponível em: <https://ww2.contagem.mg.gov.br/exibicao/legislacao_leitura_livre.php?legislacao=776581>. Acesso em: 09/02/2024.

CONTAGEM. **Lei nº 4825, de 30 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Municipal de Turismo, institui o Fundo de Turismo de Contagem - Funturc - e dá outras providências. Contagem: Câmara Municipal de Contagem, 2016. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/contagem/lei-ordinaria/2016/482/4825/lei-ordinaria-4825-2016-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-turismo-institui-o-fundo-de-turismo-de-contagem-funturc-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 12/01/2024.

CONTAGEM. Prefeitura. **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <<https://portal.contagem.mg.gov.br/portal/secretarias/35/secretaria-municipal-de-desenvolvimento-economico>>. Acesso em: 12/01/2024.

CONTAGEM. Observatório Socioeconômico de Contagem. **Visão Geral do Município**. Disponível em: <<https://ww2.contagem.mg.gov.br/observatorio/visao-geral-do-municipio/>>. Acesso em: 09/02/2024.

CONTAGEM. Prefeitura de Contagem. **Turismo**. Disponível em: <<https://portal.contagem.mg.gov.br/portal/turismo>>. Acesso em: 09/02/2024.

CONTAGEM. Prefeitura de Contagem. **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**. Disponível em:



MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Regionalização do Turismo. Disponível em: < <https://www.secult.mg.gov.br/programas-e-acoes/regionalizacao>>. Acesso em: 09/02/2024.

MÜLLER, Renato; SILVA, Rodrigo Borsatto Sommer da. **Planejamento e organização do turismo**. Indaial: Uniasselvi, 2011. Disponível em: <<https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=13452>>. Acesso em: 08/02/2024.

NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa; SILVA, Glaubécia Teixeira da. **Planejamento e organização do turismo**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/324/Planejamento_Organizacao_Turismo_COR_capa_20100729_ISBN.pdf.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08/02/2024.

OTTONI, Fernando Guimarães; SCALCO, Raquel Faria. **Turismo: planejamento e gestão do turismo 1**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. Disponível em: <<https://proedu.rnp.br/handle/123456789/590?show=full>. Acesso em: 06/01/2023.

PAULA, M. M. **Institucionalização, estratégia de desenvolvimento e padrão de espacialização: eixos estruturantes para uma retrospectiva do planejamento governamental do turismo no Brasil**. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.253-272, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/749>>. Acesso em: 08/02/2024.

PETROCCHI, Mário. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo. Futura, 2001.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 16ed. Campinas/SP: Papyrus, 2010.

SANTANA. Adalberto de. **A Importância do Planejamento Turístico no Desenvolvimento do Turismo Cultural**. II Encontro Semintur Jr; Mestrado em Turismo da UCS. 2011. Disponível em: < https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/01_a_importancia.pdf>. Acesso em: 08/02/2024.

SANTOS, Marivan Tavares dos. **Fundamentos de turismo e hospitalidade**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/633/Fundamentos_de_Turismo_e_Hospitalidade_PB_capa_20110127_isbn.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 08/02/2024.

SARDINHA, Antônio. **Metodologia de elaboração de Plano Estadual e Municipal de Educação em Direitos Humanos - Módulo III**. Curso de Formação - Proposição dos Planos Estadual e Municipal de Educação em Direitos Humanos no Amapá. Youtube, 23 abr. 2021. Disponível em:



<<https://www.youtube.com/watch?v=2zy4EogwN6E&list=WL&index=11&t=6485s>>
. Acesso em: 06/01/2023.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação**: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez. 2005, p. 443-466. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=2zy4EogwN6E&list=WL&index=11&t=6485s>>
. Acesso em: 06/01/2023.